

**MISSÃO DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EMBAIXADOR GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO**

Encaminho, a seguir, relatório de gestão simplificado das ações empreendidas pela Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa durante a minha chefia, a qual exerço desde 1º de junho de 2016, com o imprescindível apoio dos funcionários aqui lotados ao longo desse período.

2. No que se refere à concertação político-diplomática, um dos três pilares consagrados no artigo 3º dos Estatutos da CPLP juntamente com a cooperação e a difusão e promoção da língua portuguesa, cumpre realçar, inicialmente, o fato de que a maior parte de minha gestão coincidiu com a presidência 'pro tempore' (PPT) brasileira da CPLP, cujo mandato se estendeu de 31 de outubro de 2016 a 16 de julho de 2018. Antes pude testemunhar os últimos cinco meses da PPT de Timor Leste, amplamente reconhecida pelo vigoroso trabalho desenvolvido à frente da Organização. Dando seguimento aos esforços empreendidos pela presidência timorense, o Brasil escolheu o tema "A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)" para a sua presidência de turno, visando à inserção dos trabalhos da Comunidade no âmbito da agenda global e à aproximação da CPLP a outras organizações internacionais, sobretudo à ONU, responsável pela adoção, em 2015, da Agenda 2030 e dos 17 ODS, a serem cumpridos até 2030.

3. Marco de inauguração da PPT brasileira foi a XXI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, que teve lugar em Brasília, no dia 31 de outubro de 2016, ocasião em que a presidência rotativa foi formalmente transmitida pelo Chanceler timorense, Hernâni Coelho, ao então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra. Durante a reunião foram finalizados os documentos que viriam a ser submetidos, no dia seguinte, à XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, também realizada em Brasília, e que contou com a presença de dignitários de todos os nove Estados-Membros, além do Secretário-Executivo cessante Murade Murargy e da Secretária-Executiva nomeada na ocasião, Maria do Carmo Silveira. Na cúpula, Hungria, República Tcheca, Eslováquia e Uruguai foram admitidos como Observadores Associados da Comunidade, elevando para dez o total de países detentores daquele estatuto naquela altura. Ademais, os Chefes de Estado e de Governo adotaram o Relatório intitulado "A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)", que estabeleceu dez diretrizes para a atuação da Comunidade ao longo do decênio indicado.

4. A mim coube, enquanto Representante Permanente do Brasil junto à CPLP, assumir, desde então, a coordenação dos trabalhos levados a cabo pelo Comitê de Concertação Permanente (CCP), que se reúne

ao menos uma vez por mês, na sede da Comunidade, em Lisboa, acompanhado dos demais diplomatas desta Missão, os quais coordenaram, por sua vez, as reuniões de grupos de trabalho no Secretariado. Além disso, o Brasil sediou 13 reuniões ministeriais da CPLP, as quais são listadas a seguir em ordem cronológica: X Reunião de Ministros da Cultura (realizada em Salvador, no dia 5 de maio de 2017); II Reunião Extraordinária do Conselho de 8/6/17); XV Conferência de Ministros da Justiça (Brasília, 29/6/17); IX Reunião dos Ministros do Turismo (Foz do Iguaçu, também em 29/6/17); XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Brasília, 20/7/17); IV Reunião de Ministros da Saúde (Brasília, 26/10/17); V Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Gênero (Brasília, 31/10/17); II Reunião de Ministros de Energia (Foz do Iguaçu, 22/11/17); III Reunião dos Ministros do Comércio (Brasília, 13/3/18); X Reunião dos Ministros da Educação (Salvador, 16/3/18); VII Reunião dos Ministros do Ambiente e Reunião de Ministros e Autoridades Responsáveis pela Água (ambas em Brasília, em 21/3/18); e VIII Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Brasília, 21/6/18).

5. Ocorreram, ademais, durante a presidência brasileira, as seguintes reuniões ministeriais organizadas em outros países: XVIII Reunião de Ministros da Defesa (Malabo, 25/5/18), X Reunião de Ministros Responsáveis pela Juventude e pelo Desporto (Caminha, 28 a 30/7/2017) e X Reunião de Ministros das Comunicações (Malabo, 4/6/18). Além desses encontros, vale destacar a realização da VII Assembleia Parlamentar da CPLP em Lisboa, entre os dias 4 e 5 de dezembro de 2017, a qual foi presidida pelo Deputado Federal Átila Sidney Lins Albuquerque, e cuja última reunião ocorreu em Cabo Verde, em 10 e 11 de janeiro passado.

6. Em 2017, esta Missão coordenou os trabalhos conduzidos no CCP que levaram à aprovação de documentos de relevo, na Reunião do Conselho de Ministros daquele ano, como o Documento de Operacionalização da Nova Visão Estratégica (2016-2026), que prevê iniciativas concretas de longo prazo com vistas à promoção dos objetivos estatutários da CPLP; a Resolução sobre o Reforço da Cooperação entre a CPLP e os Observadores Associados, que identifica setores para o estabelecimento de parcerias e define propostas específicas em Educação, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, Cultura e promoção da língua portuguesa; e o Plano de Ação de Díli, voltado para as estratégias de fortalecimento do idioma e a respeito do qual discorro no parágrafo 16.

7. Ainda durante a PPT nacional e em atendimento a sugestão de meu antecessor, Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, o Itamaraty designou o Conselheiro Paulo André Moraes de Lima para ocupar a função de Assessor Político-Diplomático da Secretária-Executiva, desde fevereiro de 2017, o que contribuiu para otimizar a organização das diversas ações empreendidas no decorrer da presidência de turno brasileira. Entre as atividades concretizadas, ressalto os impulsos conferidos: à marca da Organização, com a aprovação das Diretrizes para a Concessão de Apoio Institucional da CPLP e a publicação de pedido para a proteção do símbolo da

Comunidade pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual; e às reuniões dos Grupos CPLP, conformados pelas representações diplomáticas dos países membros em múltiplas localidades, cujas contribuições têm sido evidenciadas na articulação de posicionamentos em diversos foros internacionais e na projeção mundial da CPLP e, conseqüentemente, dos países que a compõem.

8. Ademais, a Missão logrou articular o endosso da Comunidade a candidaturas brasileiras em outras organizações internacionais, tais como a da Deputada Federal Mara Gabrilli para integrar o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (mandato 2019-2022), a reeleição do Embaixador Gilberto Vergne Saboia como membro da Comissão de Direito Internacional (mandato 2017-2021) e a reeleição do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade como Juiz da Corte Internacional de Justiça (mandato 2018-2027), além do reiterado apoio manifestado pela CPLP ao pleito do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

9. A XXIII Reunião do Conselho de Ministros, realizada na Ilha do Sal, em 16 de julho de 2018, marcou a passagem da presidência rotativa da Organização para Cabo Verde, que adotou como lema para sua PPT "As Pessoas. A Cultura. Os Oceanos". No dia seguinte, teve lugar a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a qual aprovou a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP para Luxemburgo, Andorra, Reino Unido, Argentina, Sérvia, Chile, França, Itália, e Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), cujas adesões concomitantemente refletem e potencializam a projeção internacional da CPLP e conferem oportunidades para ampliar a cooperação da Organização com os Observadores Associados, que agora totalizam 18 países e uma Organização Internacional.

10. No âmbito do pilar da Cooperação, pode-se avaliar o tema a partir de uma perspectiva ampla, que inclui a elaboração dos Planos Estratégicos de Cooperação nas diversas áreas de atuação da CPLP, e em sentido estrito, que inclui os projetos específicos de cooperação na Comunidade.

11. No âmbito da cooperação "lato sensu", foram realizadas Reuniões Setoriais nas diversas áreas de atuação da CPLP, como a Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP), a Reunião das Redes de Investigação e Desenvolvimento em Saúde nas áreas de HIV/SIDA, Malária e Tuberculose da CPLP (RIDES HIV/SIDA, RIDES Malária e RIDES Tuberculose), o Encontro organizado pela Redes de Institutos Nacionais de Saúde da UNASUR (RINS/UNASUR) e de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (RINSP/CPLP) de Atualização Científica e Tecnológica sobre Febre Amarela e outras Arboviroses Emergentes e Re-emergentes, a Reunião dos Diretores-Gerais de Recursos Hídricos da CPLP e Reunião Preparatória para a participação conjunta da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, a Reunião Técnica Conjunta sobre Mobilidade na CPLP, a Reunião sobre a Implementação da Convenção Multilateral de Segurança Social na CPLP, a Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES-CPLP, a Assinatura do

Memorando de Entendimento entre a CPLP e a ONU Mulheres, Reuniões Setoriais nas Áreas de Juventude e de Governança Eletrônica, a Reunião Fundadora da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP, a Reunião Fundadora da Rede de Instituições Públicas de Regulação e Inspeção no Setor da Saúde da CPLP, além de outras, inclusive nas áreas da Educação e Cultura, Turismo, Ciência e Tecnologia. Destaca-se, ainda, a atuação da CPLP na área de cooperação em matérias de Segurança Alimentar e Nutricional, e na de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.

12. Quanto aos projetos específicos de cooperação técnica e sua execução, a Reunião de Pontos Focais de Cooperação, um dos órgãos auxiliares da CPLP, tem como responsabilidade analisar e decidir sobre o financiamento aos projetos apresentados, e deve acompanhar a execução dos mesmos, em conjunto com o Secretariado Executivo da CPLP. De parte do Brasil, as instituições que participam do processo são a Agência Brasileira de Cooperação, a Divisão da CPLP, atualmente Divisão de África II (DAF II), a Divisão de Temas Sociais, atualmente Divisão de Cidadania (DCID) e a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do MRE.

13. A Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), por meio da ABC, vem incentivando, desde 2016, a realização de Seminários de Reflexão sobre o papel dos Pontos Focais de Cooperação e da própria Reunião de Pontos Focais de Cooperação, com o objetivo de aumentar a capacidade de atuação de seus integrantes, incentivando a participação mais eficaz daquele órgão na dinâmica intracomunitária. Em consequência desse esforço, atualmente os Seminários tem sido realizados sob o tema "Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP" e estão em processo de elaboração de novos documentos normativos sobre a Cooperação na CPLP, a saber:

- a) Proposta de Manual de Cooperação da CPLP;
- b) Proposta de Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP;
- c) Proposta de Conceito de Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020-2026;
- d) Proposta de Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020-2026;
- e) Proposta de revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP;
- f) Proposta de Grelha de Análise e Avaliação de Propostas de Atividade.

14. Em março de 2018, foi realizado o primeiro Seminário de Reflexão, sendo que o próximo está previsto para o período de 22 a 24 de abril, em Alcobaça. Durante os seminários, os Pontos Focais de Cooperação tiveram a oportunidade de concentrarem-se exclusivamente na produção dos mencionados textos. Apesar dos esforços envidados pelos representantes dos EM e pelo Secretariado Executivo, os documentos encontram-se ainda em fase de elaboração e sua finalização deverá exigir um impulso técnico específico. Além dos Seminários de Reflexão, foram realizadas as Reuniões Semestrais regulamentares dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP,

uma no primeiro semestre de cada ano, na sede da CPLP, em Lisboa, e a segunda, no país que detém a presidência 'pro tempore' da Comunidade.

15. Com relação ao acompanhamento da execução dos projetos em curso e o início da execução de projetos financiados e ainda não iniciados, com o objetivo de fornecer informações de forma concisa e atualizada, e de facilitar a tomada de decisão por parte da Secretaria de Estado, a Missão iniciou a prática de informar o valor disponível na rubrica de cada projeto aprovado e as ações executadas no âmbito de cada um deles, facilitando, assim, a visualização dos recursos utilizados em cada projeto e os resultados por eles alcançados.

16. No último ano, informações mais detalhadas sobre a execução dos projetos têm sido solicitadas ao Secretariado na tentativa de incentivar a execução dos mesmos, em especial, daqueles já financiados, mas ainda não iniciados. A Missão vem inquirindo o Secretariado sobre a grande quantidade de recursos disponíveis no Fundo Especial, em excesso de 5.4 milhões de Euros, que não estão sendo utilizados para a execução de quaisquer projetos. Em resposta a questionamentos deste Posto, outros EM demonstraram interesse em alterar a alocação dos mencionados recursos, de forma a beneficiar os EM. O tema deverá ser objeto de discussões nas próximas reuniões do CCP. A esse respeito, convém notar que o Brasil tem depositados cerca de 500 mil euros no Fundo Especial, sob a rubrica de Projetos e Ações da Presidência Brasileira da CPLP, ainda sem destino específico.

17. No que tange à promoção e difusão da língua portuguesa, terceiro pilar norteador da CPLP, cabe ressaltar, primeiramente, o papel central do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. O IILP, que tem sede em Cabo Verde, coordena os esforços comunitários na elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa (VOC), o qual reúne os vocabulários nacionais dos Estados-Membros da CPLP, conforme os princípios do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP). Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor-Leste são os países que submeteram, até o momento, seus vocabulários nacionais. Outrossim, o IILP mantém em funcionamento o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira/Língua Não Materna (PPPLE), plataforma que fornece a professores recursos e materiais produzidos pelos Estados-Membros para o ensino e aprendizagem da língua portuguesa. O PPPL assume fundamental importância não apenas para propagar o ensino do idioma fora da Comunidade, mas também para consolidar a língua portuguesa nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e em Timor-Leste.

18. Sublinho, ademais, quanto à promoção e difusão da língua portuguesa, a adoção, em 2018, do Plano de Ação de Díli, o qual, associado aos Planos de Ação de Brasília (2010) e de Lisboa (2014), define as estratégias globais para a consecução desse objetivo estatutário da Comunidade. O Plano resultou da III Conferência

Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em junho de 2016 na capital timorense, e reforça o caráter pluricêntrico e o potencial econômico da Língua Portuguesa a serem continuamente explorados em atendimento ao interesse comunitário.

19. Um importante desafio nesse pilar da Comunidade se refere à situação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual foi ratificado em todos os países lusófonos, à exceção de Angola e Moçambique. Em Moçambique, a ratificação do AOLP ainda tramita no Parlamento, mas sem previsão de conclusão do processo. Em Angola, persistem resistências à ratificação tanto no Governo como no meio acadêmico, tendo a Academia Angolana de Letras recentemente declarado sua oposição ao Acordo. Caso o AOLP seja reaberto para novas negociações, como já foi proposto por Angola, isso significaria a inexistência de Bases Ortográficas para a língua portuguesa sem a perspectiva de formação de novo consenso, fundamental, por exemplo, para os esforços em prol do uso do idioma como língua de trabalho, além de acarretar graves prejuízos econômicos, sobretudo para as indústrias gráficas. Nessa seara, cumpre ainda destacar a conveniência de se estabelecer mecanismos para a redução de barreiras à movimentação de livros no espaço comunitário. Ressalto que, em linha com intenção manifestada pelo Secretário Especial da Cultura, Henrique Pires, em encontro mantido em fevereiro passado com o Secretário Executivo da CPLP, a agenda da XI Reunião dos Ministros da Cultura, marcada para ter lugar na cidade da Praia, em 12 de abril corrente, prevê, como primeiro ponto substantivo, a realização de debate ministerial sobre mercado comum de livre circulação de bens e serviços culturais.

20. A CPLP também tem levado a cabo uma série de ações de promoção da cultura, entre as quais, saliento o apoio a candidaturas comunitárias à lista do patrimônio mundial da UNESCO, o Programa CPLP Audiovisual, a Comissão do Patrimônio Cultural da CPLP e o Portal da Cultura. Não obstante, há desafios nessa área que seriam melhor enfrentados a partir do recrutamento de novo Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado-Executivo. A vacância desse importante cargo, a qual vem se arrastando desde 2015, quando o angolano Luís Kandjimbo solicitou afastamento de suas funções por motivos pessoais, vem prejudicando as ações multilaterais nesse domínio prioritário para a CPLP. Recentemente foi constituído grupo de trabalho para discutir proposta de termos de referência para a contratação do novo Diretor.

21. No período da minha chefia, a Missão apoiou a realização de numerosas iniciativas na área cultural, dentre as quais saliento: Oficina de Danças Afro-brasileiras e Fado Dançado; Colóquio sobre a obra da escritora brasileira Lygia Fagundes Telles; 8º e 9º FESTin - Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa; Festival Internacional de Artes Performativas em Sintra (Festival Periferias); VI Bienal de Culturas Lusófonas; Espetáculo "Jobim em Conexão"; Conferência "Poéticas da Terra: poesia contemporânea da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"; Canções para abreviar

distâncias: uma viagem pela língua portuguesa; e Travessia das Letras - 1ª festa infantojuvenil da língua portuguesa.

22. A principal dificuldade identificada no período de minha gestão tem sido de natureza orçamentário-financeira. Os Orçamentos de Funcionamento do Secretariado Executivo e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) têm seguido o princípio de "crescimento zero", contexto que, naturalmente, impõe restrições à expansão das atividades da Organização. Mesmo face a esse cenário de compromissos financeiros inalterados dos Estados-Membros, o Brasil ainda não efetuou o pagamento de EUR 316.632,48, referentes à parcela restante de sua contribuição de 2018, nem do total de sua contribuição de EUR 768.453,68 ao Orçamento do Secretariado Executivo, do corrente exercício. Com relação ao Orçamento do IILP, o Brasil ainda não transferiu o montante de EUR 23.422,34 referente à parcela restante de sua contribuição de 2017 nem a totalidade de sua cota-parte anual dos Orçamentos de 2018 e 2019 do IILP, que soma EUR 193.533,62. O atraso no pagamento dessas parcelas, que são devidas a partir do primeiro dia do ano respectivo, acarreta constrangimentos à atuação do país na Organização e ao próprio funcionamento da mesma, sobretudo tendo em vista que a contribuição do Brasil representa cerca de 30% do orçamento da CPLP.

23. No que diz respeito a perspectivas no âmbito da Organização, cito a necessidade de serem encontrados meios que envolvam os Observadores Associados na dinâmica da CPLP; procurar saber não só qual seria o interesse dos países nessa aproximação, mas também qual o benefício que essa associação traz para a Organização. De igual modo, a participação dos Observadores Consultivos nas atividades da Organização, em que pese o envolvimento positivo de alguns, necessitaria de ser repensada com vistas a uma sistematização que inclua uma real e mais intensa participação do maior número possível daqueles Observadores nas atividades da Comunidade. No que diz respeito à vertente da Língua Portuguesa na CPLP, faz-se prioritária a atenção para com dois Estados-Membros: a Guiné Equatorial que, sistematicamente, vem solicitando apoio para a implementação, de fato, do Português como idioma oficial do país; e o Timor-Leste, que considera a questão linguística como estratégica para a própria sobrevivência do Estado timorense. Quanto à questão da mobilidade no âmbito da Organização, embora ainda haja Membros reticentes em relação ao tema, este é uma bandeira da atual 'Presidência pro-tempore' (Cabo Verde) e de Portugal e a implementação de mecanismos legais que facilitem a mobilidade dos cidadãos nos territórios dos países membros representando, sem dúvida, um fortalecimento significativo na própria existência da Comunidade como tal. Também deverá ser objeto de discussões no seio da Comunidade, se não a curto, a médio prazo, o tema do fortalecimento das relações comerciais e da adoção de medidas visando facilitar aquele intercâmbio entre os países membros.

24. Por fim, permito-me realçar a especial relevância da CPLP para o Brasil, particularmente no que respeita à capacidade de

impulsionar o prestígio internacional do país e de fortalecer aspectos essenciais da identidade nacional, como a língua e a cultura, mundialmente. Em virtude da diferenciação de estágios de desenvolvimento entre os países da Comunidade, a atuação do Brasil é marcante, ainda mais considerando os requisitos estabelecidos pela CPLP em relação às decisões obrigatoriamente consensuais e ao preceito de envolvimento de um mínimo de três países membros nas ações comunitárias de cooperação. Nesse sentido, torna-se imperioso: intensificar a consolidação da presença brasileira em todas as atividades da CPLP; o incremento da participação do país no apoio a projetos de desenvolvimento nos demais países da Comunidade; o fortalecimento de ações de divulgação e promoção da língua portuguesa e das expressões culturais veiculadas nesta língua; e o estímulo à atuação conjunta dos países membros em outros órgãos multilaterais regionais, assim como em todo o sistema ONU; a continuada e crescente divulgação das atividades, potencialidades e disponibilidades, da CPLP e dos países que a integram, junto às mais diversas instâncias do Governo e da sociedade no Brasil; fortalecer, através das Embaixadas do Brasil, as atividades e iniciativas dos diversos Grupos CPLP em terceiros países - sobretudo aqueles que são Observadores Associados - e junto a organizações internacionais; apoiar a atuação do IILP na divulgação e fortalecimento da presença da língua portuguesa em terceiros países e em países membros; manter em dia a contribuição orçamentária do Brasil à CPLP e ao IILP de modo a viabilizar grande parte do programa de atividades dos dois organismos.

25. A CPLP talvez seja o organismo internacional de que fazemos parte onde o Brasil é mais necessário e mais desejado e onde a diferença que podemos fazer será sempre de extremo proveito para a divulgação de um conceito extremamente positivo sobre a política externa do país.